



CONVITE CONSULTA PRÉVIA

Fornecimento de Gás Propano pelo período de 36 meses, ao abrigo do Acordo-Quadro, celebrado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIMTS)

Anúncio publicado: nº 8349/2022, Diário da República n.º 127, IIª Série, de 04 de julho de 2022 e JOUE nº 2022/S 127-360754 de 05 de julho de 2022.

Cocontratantes:

GALP Energia - Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (500697370)

Repsol Gás Portugal, Unipessoal Lda. (507039440)

Ref.ª. 9/F/2025

Processo n.º 2024/300.10.005/1076

CPV: 09120000-6



CONVITE PARA PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA (nos termos do artigo 259.º do Decreto-lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto, (doravante CCP) na sua redação atual, aplicando-se-lhe, em tudo o que não estiver especialmente regulado, as disposições do caderno de encargos do referido Acordo Quadro.)

Fornecimento de gás propano em garrafas, nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, efetuada por consulta a todas as entidades fornecedoras qualificadas no acordo quadro, lote 4 – Gás propano em garrafas, celebrado pela Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa (CIMTS), anúncio publicado nº 8349/2022, Diário da República n.º 127, IIª Série, de 04 de julho de 2022 e JOUE nº 2022/S 127-360754 de 05 de junho de 2022.

- a) A entidade adjudicante é a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Praça da República, nº 46, 4590-527, Paços de Ferreira.
- b) A decisão de contratar cabe ao Exmo. Senhor Vereador da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, Dr. Paulo Ferreira, no uso das competências delegadas, conforme consta do Edital n.º 355/2022, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 61, de 28 de março (fls. 275 a 291 do DR).
- c) O procedimento por consulta prévia de acordo com a **alínea b) do nº 1, do artigo nº 252 do CCP**.
- d) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são prestados pelo Júri nomeado para o efeito.
- e) Podem apresentar propostas as entidades qualificadas ao abrigo do acordo-quadro.
- f) Os documentos que constituem a proposta são, de acordo com o nº 1 do artigo 57ª do CCP, os seguintes:
 - i. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborado em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I**, que se encontra anexo;
 - ii. Proposta de preço, que não deva Incluir o IVA, é indicado em algarismos e por extenso, de acordo com modelo do **Anexo III**.
 - iii. Uma **Lista de Preços Unitários** de todas as espécies de bens a fornecer previstas no presente procedimento, assim como prazo de execução do fornecimento;
 - iv. Documentos exigidos pelo programa de procedimento que contenham os termos ou condições, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais a entidade adjudicante pretende que o concorrente se vincule, nomeadamente a **Certidão Permanente ou código de acesso** da mesma referente à pessoa jurídica do Adjudicatário no caso de pessoas coletivas, ou a todas elas, no caso dos agrupamentos de pessoas coletivas.



- g) A proposta deverá ser apresentada até **às 23:59h do 6.º dia** após o envio do presente convite.
- h) 1 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e apresentadas diretamente em plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante (ACINGOV), através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
- 2 - A receção da proposta é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
- 3 – Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no nº 1, deve ser encerrado em invólucro opaco e fechado:
- 3.1) No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;
- 3.2) Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- 3.3) Cujas receção deve ser registada por referência à respetiva data e hora.
- i) - O preço base é de **€ 26.260,20 (vinte e seis mil duzentos e sessenta euros e vinte cêntimos)**, a acrescer IVA à taxa legal em vigor, se o mesmo for devido.
- j) - As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.
- k) - 1) O critério de adjudicação é a da proposta **economicamente mais vantajosa cujo único fator é o preço de valor mais baixo**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
- 2) Em caso de empate entre duas ou mais propostas será realizado **sorteio**.
- l) De acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, quando o preço contratual for inferior a € 500 000, **não é obrigatória a prestação de caução**.
- m) Documentos de habilitação a prestar pelo adjudicatário para formação de contrato a serem apresentados, nos termos do artigo 83.º do CCP, através da plataforma eletrónica:
- I) Declaração emitida conforme modelo constante do **anexo II** do CCP;
- II) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;



III) **Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE)** - Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto - ou o respetivo código de acesso (O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site <https://rcbe.justica.gov.pt/>).

- n) 1) O adjudicatário **dispõe de 3 dias** úteis após a respetiva notificação para apresentar os documentos de habilitação a que alude o artigo 81.º do CCP.
- 2) É igualmente de **2 dias úteis** o prazo concedido para a supressão de eventuais irregularidades dos documentos apresentados.

As peças do concurso são disponibilizadas em plataforma eletrónica ACINGOV.

Designação do serviço da Entidade Adjudicante:

Câmara Municipal de Paços de Ferreira Endereço
Praça da República, nº 46
Código Postal: 4590 527
Localidade: Paços de Ferreira
Telefone: 255860700
Fax: 255861995
Endereço Eletrónico: geral@cm-pacosdeferreira.pt

O Vereador da Câmara Municipal

(Paulo Jorge Rodrigues Ferreira)

ANEXO I

MODELO DE DECLARAÇÃO

[a que se refere a alínea *a*) do n.º 1 do artigo 57.º]

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *j)* do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas colectivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea *i)* das alíneas *b)* ou alínea *c)* do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto n.º 4 e 5 do artigo 57.º



ANEXO III

PROPOSTA

(MODELO DE PROPOSTA PARA APRESENTAÇÃO DE PREÇO)

.....indicar nome, estado, profissão e morada, ou firma e sede, número fiscal).....depois de ter tomado conhecimento da V. Circular Convite nº....., de/...../....., para apresentação de proposta referente à....., obriga-se a executar todos os trabalhos que constituem o estipulado no respetivo Convite e Caderno de encargos, no prazo de dias, em conformidade com os documentos patentesados no processo, pelo preço global de € (por algarismos e por extenso), conforme esta proposta. À quantia atrás referida acrescentará o IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m) em tudo o que respeitar à execução do seu contrato, ao que se achar descrito na legislação portuguesa em vigor.

Data ...

Assinatura ...